

CAPÍTULO 4 – OS IMIGRANTES PROPRIETÁRIOS RURAIS EM SÃO PAULO NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Em 1912, quarenta e sete fazendeiros do município de São Carlos escreveram uma petição endereçada ao Secretário de Agricultura de São Paulo solicitando o incentivo à imigração japonesa para o estado. O motivo era um tanto insólito: o sucesso dos imigrantes europeus. Segundo os fazendeiros, o “enriquecimento” dos colonos antigos, fruto dos “bons salários que ganharam na fazenda cafeeira”, havia tornado possível sua tão almejada ascensão à condição de proprietário de terra. Esses imigrantes não só estariam deixando de ofertar sua mão de obra para os cafeicultores paulistas como também passavam eles mesmos a demandar trabalho para suas propriedades, fatos que concorriam para levar à escassez de braços para o café. Os fazendeiros deixaram claro, contudo, “como bons paulistas” que eram, o orgulho que sentiam ao ver essa transformação na fazenda cafeeira, que vinha “mais uma vez demonstrar que no nosso rico e poderoso estado, quem trabalhar e for econômico no fim de alguns anos está habilitado a ver transformada a sua posição de trabalhador para a de proprietário”.¹

Como visto em capítulos anteriores, o ideal de uma vida melhor levou centenas de milhares de imigrantes a deixar suas terras natais em direção ao Brasil e outras partes das Américas nos séculos XIX e XX. Dentre outras motivações, econômicas ou não, tornar-se proprietário de terras era o principal fator de atração dos imigrantes. A questão que permanece, contudo, é em que medida essas aspirações foram efetivamente alcançadas no caso desses imigrantes para São Paulo. Até que ponto o cenário traçado pelos fazendeiros são-carlenses era real?

Não existe consenso entre os estudiosos da imigração para São Paulo sobre a mobilidade social dos imigrantes da condição de colonos para proprietários de terra. Alguns autores relacionam o acesso dos imigrantes à terra com as crises pelas quais passou a economia cafeeira, que teriam levado grandes fazendeiros a fragmentarem e venderem parte de suas propriedades.² Outros questionam se as condições de trabalho

¹ São Carlos, Representação a favor da imigração japonesa, 1912, Fundo Secretaria da Agricultura, Acervo APESP, cx. 3.7.1435, doc. 25.

² Stolcke, *Cafeicultura*; Prado Jr., “Distribuição da propriedade”; Monbeig, *Pioneiros*. Milliet observou contemporaneamente esse fenômeno em diversos municípios paulistas na década de 1930, com o surgimento de pequenas propriedades em municípios mais antigos como Campinas, Sorocaba, Atibaia e Bragança. Milliet, “O desenvolvimento,” 87-9; Cánovas, analisando os registros de terras de Vila Novaes,

nas fazendas teriam permitido a ascensão socioeconômica de número expressivo de imigrantes pobres. Autores mais otimistas destacam a liberdade que famílias imigrantes tinham dentro das fazendas de café para cultivar pequenas roças em terrenos cedidos pelos fazendeiros. Essa cultura complementar de alimentos teria sido essencial para os imigrantes acumularem recursos e comprarem terras posteriormente.³ Outros autores adotam uma visão mais pessimista: as condições de trabalho nas fazendas, o preço médio das terras e a capacidade do imigrante em acumular pecúlio não os permitiriam acesso à terra em um prazo razoável. Sob esta ótica, estrangeiros que conseguiram adquirir propriedades já teriam vindo com algum capital ou teriam se instalado nas sedes dos municípios por um período de tempo antes de retornarem ao meio rural.⁴

Que pouco a pouco pelo menos parte dos imigrantes foi se estabelecendo como proprietários de terras no interior de São Paulo é um fato demonstrado pelas estatísticas. Como visto no Capítulo 3, se em 1905 15% das propriedades rurais pertenciam a estrangeiros, em 1920 esse percentual subiu para mais de 27%. Alguns municípios do estado chegaram a ter os estrangeiros como maioria dos donos de estabelecimentos rurais. No entanto, quem foram então os estrangeiros que adquiriram essas terras? Foram os colonos transportados com subsídios do governo para o trabalho nas fazendas que, após um tempo, conseguiram acumular pecúlio suficiente? Foram os que se dedicaram ao trabalho no meio urbano? Ou foram aqueles imigrantes espontâneos que já chegavam com alguma poupança de seus países de origem? Este capítulo busca indicar possíveis caminhos para responder a essas questões.

4.1. Identificando os imigrantes proprietários

Informações estatísticas individuais registradas ao longo do tempo oferecem evidências valiosas em temas como assimilação de imigrantes, mobilidade socioeconômica e intergeracional na análise histórica.⁵ No entanto, encontrar um

mostra que a prática de subdivisão de grandes propriedades também ocorria no meio da região cafeeira do estado e durante o período de alta produção. Cánovas, “A emigração,” 236.

³ Holloway, *Imigrantes*; Font, “*Changing*”; Boris Fausto, *Historiografia da imigração para São Paulo* (São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991).

⁴ Hall, “Origins”; Bassanezi, *Fazenda*; Dean, *Rio Claro*; José de Souza Martins, *O cativo da terra* (São Paulo: Contexto, 2010); Stolcke, *Cafeicultura*, 78-80.

⁵ Como exemplos de trabalhos usando cruzamento de dados históricos pode-se citar: Abramitzky, Boustán e Eriksson, “Europe’s”; Abramitzky, Boustán e Eriksson, “Have the poor”; Abramitzky, Boustán e Eriksson, “A Nation of Immigrants”; Jason Long e Joseph Ferrie, “Intergenerational occupational mobility in Great Britain and the United States since 1850,” *The American Economic Review* 103 (2013): 1109-37; Laura Salisbury, “Selective migration, wages, and occupational mobility in nineteenth century America,” *Explorations in Economic History* 53 (2014); James J. Feigenbaum, “Intergenerational

mesmo indivíduo em duas ou mais bases de dados diferentes sem um identificador comum – como um número de passaporte ou de registro civil – representa um grande desafio para análise. Erros de transcrição, mudanças nas grafias e ocorrência de homônimos dificultam a tarefa de encontrar a correspondência exata entre fontes de dados distintas, independentemente do método utilizado. Recentemente, historiadores econômicos vêm utilizando diferentes métodos para automatizar essa tarefa e minimizar os possíveis erros e inconsistências.⁶

Os trabalhos que buscam encontrar indivíduos em bases distintas sugerem que um bom método de associação deve satisfazer quatro critérios: 1) acurácia, gerando o mínimo de falsos positivos possível; 2) eficiência, criando o máximo de correspondências verdadeiras possível; 3) representatividade, ou seja, deve criar uma amostra que represente o mais fielmente possível a população de interesse; e 4) replicabilidade para que pesquisadores possam implementá-lo mesmo em situações de recursos computacionais limitados.⁷ Neste capítulo, emprega-se um método que buscou contemplar essas recomendações e atender aos objetivos propostos.

4.1.1. *Realizando o matching entre as bases de dados*

O principal objetivo deste capítulo é identificar quem eram os imigrantes que adquiriram terras no estado de São Paulo no início do século XX. Para tanto, foi feito o cruzamento dos nomes de proprietários agrícolas estrangeiros listados na Estatística Agrícola de 1905 com os registros de matrícula de imigrantes da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Uma vez que são duas bases inteiramente distintas, sem um identificador individual comum, as informações de nome, nacionalidade e data de entrada na Hospedaria foram utilizadas para identificar os imigrantes. Esse método está sujeito a erros e resultados não-únicos (ou seja, mais de um resultado para uma busca de um determinado nome). Para contornar esse problema e ter o maior número possível de

Mobility during the Great Depression,” *Working Paper* (2015); James J. Feigenbaum, “Multiple Measures of Historical Intergenerational Mobility: Iowa 1915 to 1940,” *Economic Journal* 128, n. 612 (2018); Pérez, “The (South)””; Pérez, “Intergenerational””; William J. Collins e Marianne H. Wanamaker, “Up from Slavery? African American Intergenerational Economic Mobility Since 1880,” *NBER Working Paper No. 23395* (May 2017); Monasterio e Lopes, “Brasil sem imigrantes”.

⁶ Ron Goeken et al, “New Methods of Census Record Linking,” *Historical Methods* 44, n. 1 (jan./mar. 2011): 7-14; James J. Feigenbaum, “A Machine Learning Approach to Census Record Linking,” *Working Paper* (March 28, 2016); Ran Abramitzky, Roy Mill e Santiago Pérez, “Linking Individuals Across Historical Sources: a Fully Automated Approach,” *Historical Methods* (2019); Ran Abramitzky et al, “Automated Linking of Historical Data,” *NBER Working Paper No. 25825* (Jun. 2020).

⁷ Abramitzky et al, “Automate,” 2; Abramitzky, Mill and Pérez, “Linking,” 2-3.

resultados verdadeiros, diante das restrições impostas pelas bases de dados, adotou-se um método semiautomático de correspondência dos dados, conforme detalhado abaixo. Optou-se também por não incluir imigrantes portugueses na amostra justamente pela existência de grande número de homônimos e, por consequência, resultados não-únicos que impossibilitam a correspondência (*matching*) verdadeira.⁸

Para a realização do método semiautomático de correspondência, foram criadas duas bases de dados paralelas. Uma contém os registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes e a outra os registros dos proprietários estrangeiros listados na Estatística Agrícola de 1905. Primeiro, selecionaram-se as variáveis identificadoras. No caso, as únicas variáveis possíveis são nome e nacionalidade – as únicas comuns aos dois bancos de dados – e as datas dos registros da Hospedaria de Imigrantes. Em seguida, para simplificar, optou-se por comparar apenas os indivíduos que se enquadrassem em determinadas “variáveis de bloqueio”, isto é, aquelas para as quais os erros são muito improváveis – por exemplo: indivíduos raramente informam errado sua nacionalidade, de forma que seria improvável deixar passar um *matching* positivo ao considerar indivíduos que declararam diferentes nacionalidades.⁹

O passo seguinte foi criar, para cada indivíduo em cada uma das bases, uma lista ordenada contendo todas as palavras do nome. Em seguida, para mapear similaridades na grafia dos nomes nessas listas em uma distância numérica, usou-se a medida de distância contínua de *strings* (conjunto de caracteres) de Jaro-Winkler, que foi especificamente criada para comparar nomes, sendo desenvolvida em um contexto de correspondência de registros.¹⁰ A medida Jaro-Winkler calcula uma função do número de caracteres que coincidem e que requerem uma transposição entre os dois *strings* que se estão comparando. A medida varia de 0 (nenhum caractere coincide) a 1 (todos os caracteres coincidem). Para cada palavra na base da Estatística Agrícola de 1905, computa-se a pontuação de Jaro-Winkler em relação a todas as palavras na base da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Após estimar a probabilidade de que cada par de indivíduos fosse uma correspondência verdadeira, definiu-se uma pontuação mínima

⁸ Os termos “correspondência” e “*matching*” serão utilizados como equivalente daqui em diante.

⁹ Abramitzky, Mill e Pérez, “Linking,” 6-7. É possível que tenham havido casos em que a nacionalidade anotada pelo agente de imigração não condizia com a nacionalidade do imigrante, o que pode ter ocorrido, por exemplo, com alguns austríacos oriundos da região do Tirol italiano. Por falarem italiano, alguns desses imigrantes foram registrados como sendo de nacionalidade italiana. Ainda assim, é a melhor forma de bloqueio possível que foi encontrada.

¹⁰ *String* é qualquer sequência ordenada de caracteres, que correspondem a números, letras ou símbolos. Utilizou-se a distância contínua de Jaro-Winkler nos moldes de Abramitzky, Mill e Pérez, “Linking,” 3.

para escolher qual correspondência usar na análise. No caso, adotou-se 0,8 como a pontuação mínima aceitável. Ou seja, a correspondência adotada foi bastante elevada, uma vez que o índice varia de 0 a 1, como mencionado. Para cada nome da Estatística Agrícola de 1905 obteve-se, assim, as correspondências na base da Hospedaria, até um máximo de 20 *matchings*. Dessa forma, realizou-se um mapeamento no qual para cada proprietário estrangeiro da Estatística Agrícola de 1905 há uma lista com possíveis *matchings* dos registros da Hospedaria. Por fim, realizou-se uma verificação manual dos resultados a fim de definir se e qual dos possíveis resultados seria a correspondência mais provável para aquele determinado indivíduo.

Fazer a verificação final das correspondências manualmente implica alguns problemas. O mais importante talvez seja a questão da replicabilidade do método, uma vez que este depende de certo grau de subjetividade na escolha da correspondência verdadeira. Apesar desse problema, a condição dos dados impede, de qualquer forma, a automatização completa do processo. A título de ilustração, um imigrante que saía da Hospedaria para uma determinada localidade pode ter adquirido propriedades rurais em outras localidades completamente diferentes. Essa diferença entre o destino do imigrante e o local onde comprou terras não permite, por exemplo, usar o local de destino do imigrante no processo de correspondência das bases. O abasileiramento dos nomes dos proprietários rurais na Estatística Agrícola de 1905 é outro empecilho para o *matching* e requer verificação manual dos resultados do processo empreendido. De toda forma, nenhum método é capaz de alcançar acurácia perfeita.¹¹

A Tabela 4.1 abaixo apresenta os resultados obtidos da correspondência aqui descrita anteriormente. Como pode se observar, o procedimento de *matching* produziu uma amostra final com 652 proprietários rurais estrangeiros de um universo de 6.144. Os números variaram consideravelmente entre as nacionalidades. Enquanto foi possível mapear apenas 3,3% dos alemães e aproximadamente 10% dos italianos, localizaram-se na Hospedaria 32% dos espanhóis e 27% dos austríacos donos de terra em 1905.

¹¹ Ao testarem diversos métodos automatizados para realizarem a correspondência de duas versões distintas de transcrição do Censo Norte-Americano de 1940, Abramitzky et al. mostraram que entre 7 e 14% dos nomes e 17 e 32% dos sobrenomes tinham problemas de transcrição e que mesmo tentando linkar um censo a ele mesmo só foi possível localizar entre 43 e 67% das observações. Esses resultados decorrem da qualidade da transcrição e pela existência de nomes comuns, que tornam difícil encontrar seu *match* verdadeiro. Abramitzky et al, "Automate," 5-6.

Tabela 4.1 – Amostra resultante do processo de *matching*, por nacionalidade (estado de São Paulo, 1905)

Nacionalidade	Total de proprietários rurais em 1905	Total de proprietários localizados	Taxa de localizados, em %
Italianos	4.804	469	9,8
Espanhóis	411	132	32,1
Austríacos	89	24	27,0
Alemães	636	21	3,3
Franceses	55	1	1,8
Belgas	24	1	4,2
Suecos	10	2	20,0
Dinamarqueses	9	1	11,1
Suíço	31	1	3,2
Turcos	26	0	0,0
Norte Americano	38	0	0,0
Sírios	11	0	0,0
<i>Total</i>	<i>6.144</i>	<i>652</i>	<i>10,6</i>

Fonte: São Paulo, *Estatística Agrícola*. Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes, Memorial do Imigrante, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os valores resultantes do procedimento adotado que são apresentados na Tabela 4.1 acima estão subestimados. A questão dos homônimos no mesmo grupo de entrada na Hospedaria acabou resultando em falsos positivos, isto é, mais de uma correspondência na Hospedaria a um proprietário na Estatística Agrícola. Na verificação manual dos resultados, adotou-se um procedimento mais conservador e foram descartadas todas as observações em que não foi possível determinar a correspondência verdadeira. Tal problema foi particularmente recorrente para os espanhóis e italianos. Os falsos positivos observados quase dobrariam a amostra obtida e o *matching* final teria sido da ordem de aproximadamente 20% do total de proprietários estrangeiros listados em 1905. Portanto, ainda que a correspondência aqui obtida seja de 10,6% do total de proprietários estrangeiros no estado de São Paulo em 1905, pode-se supor que os dados são representativos da realidade devido à cautela na consideração e descarte dos falsos positivos. Na próxima seção, serão apresentados os resultados gerais do procedimento de *matching* e os resultados por nacionalidades.

4.2. Resultados da correspondência entre as bases de dados

A década de 1890 foi o período com maior entrada de estrangeiros durante toda a época da grande imigração no estado de São Paulo, assim como foi o período com

maior número de imigrantes que se tornaram proprietários rurais. Na amostra obtida pelo *matching* entre as bases de dados da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo e da Estatística Agrícola de 1905 descrito na seção anterior, 70% dos proprietários mapeados passaram pela Hospedaria entre 1890 e 1899, com dois anos se destacando: 1891, com 20% e 1895, com 11%. Poucos foram os proprietários estrangeiros mapeados que passaram pela Hospedaria muito no início da série de registros, ou seja, antes de 1890, ou muito tarde, depois de 1900 e antes de 1904. Apenas 9% dos imigrantes identificados chegaram a São Paulo entre 1884 a 1887 e menos de 6% o fizeram após 1900. Esses dados corroboram o notado por observadores, viajantes e na literatura: o tempo médio para um imigrante adquirir terras trabalhando como colono nas fazendas girava em torno de dez anos.¹² O número de proprietários localizados nos registros da Hospedaria diminuiu significativamente após 1900, indicando que imigrantes que conseguiram comprar terras não o fizeram logo após sua chegada a São Paulo.

Dentre os imigrantes proprietários localizados, a vasta maioria (90,8%) era de homens listados como chefes de família nos registros da Hospedaria. Ou seja, eram imigrantes com esposa e filhos ou ao menos com algum outro familiar. Esse resultado também corrobora as afirmações de que o imigrante com família, com todos os membros aptos ao trabalho no campo, teria mais facilidade de acumular pecúlio e adquirir terras.¹³ Apenas 1% dos mapeados foi registrado como filhos, mostrando que, em 1905, talvez ainda fosse cedo para se falar em ascensão social significativa dos descendentes dos estrangeiros chegados ao estado durante a imigração em massa. As mulheres praticamente não tiveram representação entre os proprietários estrangeiros mapeados, pois foram encontradas apenas duas no procedimento de correspondência realizado.¹⁴

Com relação à ocupação dos imigrantes, não há informação para 333 dos 652 proprietários encontrados na amostra após o *matching*. Agricultores, camponeses e lavradores correspondiam a 41% do total. Além desses, havia também jornaleiros

¹² Louis Albert Greffé, *Visions du Brésil* (São Paulo: Francisco Alves e Cia, 1912), 267; Dean, *Rio Claro*; Bassanezi, “Fazenda,” 272.

¹³ Greffé, *Visions*, 267; Belli, “A Italia”; Stolcke, *Agricultura*, 20, Holloway, *Imigrantes*, 214.

¹⁴ Vidal Luna, Herbert Klein e William Summerhill mostraram que em 1905 apenas 6% dos proprietários rurais do estado eram mulheres, muitas das quais herdeiras de propriedades já consolidadas. Vidal Luna, Herbert Klein e William Summerhill, “A agricultura paulista em 1905,” *Estudos Econômicos* 44, n. 1 (jan./mar. 2014): 165, 175. Sobre o papel da mulher imigrante na agricultura cafeeira, ver: Maria Izilda dos Santos Mattos, Oswaldo Truzzi, Carla F. Conceição, “Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930),” *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* 35, n. 3 (2018).

(6,2%), carpinteiros (0,3%), jardineiros (0,3%) e profissões urbanas, como alfaiates, oleiros, ferreiros e sapateiros, embora correspondendo a apenas 0,1% do total. Até 1900 a política de imigração paulista tendeu a ser mais rígida, significando que apenas os imigrantes agricultores e aptos para o trabalho nas fazendas receberiam o auxílio, o que leva a crer que, apesar de não termos dados de ocupação para metade dos proprietários aqui analisados, estes também eram em sua grande maioria agricultores. A hipótese levantada por parte da literatura de que a maioria dos imigrantes que adquiriram terras não haviam sido os chegados para o trabalho no campo não parece se sustentar na amostra aqui apresentada.

Entre os imigrantes proprietários localizados, apenas 9,5% chegaram ao estado de São Paulo de forma espontânea entre 1884 e 1904. Outros 15% vieram com auxílio do governo estadual, mais 21% por conta do governo geral e 10% sob auspício da Sociedade Promotora de Imigração. Não consta informação sobre a forma de chegada, se espontânea ou subsidiada, para 47% dos proprietários mapeados, mas parece provável que a maioria era também de imigrantes subsidiados, especialmente no período de 1886 a 1904, quando a imigração espontânea ainda era baixa.¹⁵ Se se recordar que a política de subsídios posta em prática pela Sociedade Promotora de Imigração e pelo governo de São Paulo preferia imigrantes pobres e sem recursos, pode-se supor que, ao menos na amostra obtida com o *matching*, há sinais de ascensão socioeconômica desses colonos, como será visto a seguir.¹⁶

A maioria das unidades agrícolas da amostra – 496 ou 76,7% do total – era pequena propriedade, com menos de 25 alqueires. Essas propriedades controlavam pouco menos de 28% da terra da amostra. Com exceção de 27 dessas propriedades, todas estavam em cultivo, sendo o café produzido em metade delas.¹⁷ As culturas alimentares também tinham espaço na área cultivada desses pequenos proprietários. Milho era cultivado em 326 das 496 propriedades, arroz em 145 delas, feijão em 200, e batatas, mandioca, legumes em 80 propriedades. Outras 117 unidades – 18% do total – eram médias propriedades (entre 25 e 100 alqueires), controlando 32% da terra da

¹⁵ Thomas Holloway mostra, através dos dados divulgados pelos Anuários Estatísticos do Estado, que entre 1893 e 1900 os imigrantes subvencionados correspondiam a mais de 90% das entradas na Hospedaria. Holloway, *Imigrantes*, 90-1.

¹⁶ Ver Capítulo 1 para as discussões sobre as políticas de atração de imigrantes implementadas em São Paulo.

¹⁷ Essas 27 propriedades sem cultivo podem ter sido terras recém-adquiridas por ocasião da Estatística Agrícola de 1905 ou talvez de imigrantes que já conseguiram comprar terras esperando valorização futura.

amostra. Todas estavam em cultivo, com o café presente em 75% delas. Somente 29 – ou 4,4% da amostra – eram de grandes propriedades (100 a 500 alqueires), que, apesar do baixo número, ocupavam 40% da terra. Apenas quatro dessas grandes propriedades eram incultas, sendo as outras dominadas pela produção cafeeira e de alimentos. Havia um único latifúndio (maior do que 500 alqueires), de 700 alqueires, com uma área cultivada de 42 alqueires dedicados à produção de café. A amostra apresenta mais terra ocupada por pequenas propriedades (29,7%) do que o observado no Capítulo 3 para o conjunto total de propriedades estrangeiras no estado de São Paulo, onde os pequenos proprietários possuíam apenas 13% da terra e os grandes proprietários e latifundiários controlavam 67% das terras.

A mobilidade geográfica dos imigrantes também pode ser retratada na amostra. Entre os estrangeiros mapeados, 95% deles obtiveram terras em municípios diferentes dos quais se dirigiram inicialmente para o trabalho na fazenda. Se observada a agregação por regiões onde os imigrantes dirigiram-se primeiramente como colonos e onde se estabeleceram como proprietários, os dados retratam uma mobilidade um pouco menor: 77% dos imigrantes que adquiriram terras mudaram de região no estado de São Paulo. O *heatmap* abaixo ilustra esses deslocamentos (Figura 4.1).

Pela Figura 4.1 abaixo nota-se que a Araraquarense foi a principal localidade onde os estrangeiros adquiriram terras, 77 dos 275 casos observados. Boa parte dos imigrantes que foram como colonos para as zonas vizinhas – em especial a Paulista e Mogiana – tornaram-se proprietários de terra na região da Araraquarense. Dos imigrantes da amostra que se dirigiram para a região da Paulista após a saída da Hospedaria, 36% (26) adquiriram terras na Araraquarense. Em comparação, apenas 20% (15) dos que foram para a Paulista adquiriram terras na própria região. Dos imigrantes mapeados que foram para a Mogiana se dirigiram após saírem da Hospedaria, 21% (14) compraram terras na Araraquarense e 19% (13) se tornaram proprietários na própria Mogiana. Aqueles imigrantes que saíram da Hospedaria para trabalhar nas fazendas nos municípios da Araraquarense parecem ter encontrado mais facilidade para permanecerem na mesma região, visto que a maioria (14 ou 60%) não migrou para outras localidades para se fixarem como proprietários. Dos colonos que trabalharam na Capital, 23% (14) preferiram adquirir terras na Araraquarense. A exceção nessa amostra são os colonos que haviam ido para as fazendas da zona Central,

que buscaram comprar terras na própria Central (12 ou 40% deles) ou na vizinha Mogiana (9 ou 22,5%).

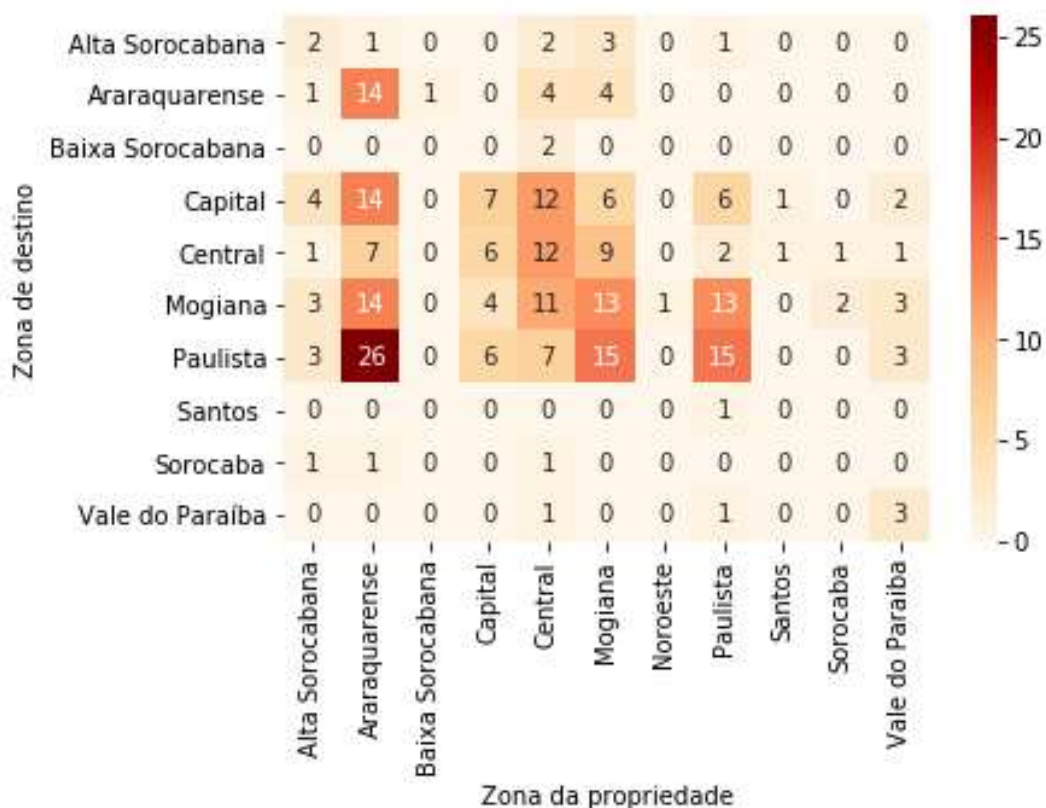


Figura 4.1 – *Heatmap* de localização inicial e localização das propriedades de imigrantes, por zona de São Paulo, 1905.

Nota: Esse mapa foi criado com informações de 275 imigrantes proprietários para os quais existem registros da localidade para onde foram como colonos e da localidade da propriedade adquirida.

Fontes: São Paulo, *Estatística Agrícola*; Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes, Memorial do Imigrante, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Nos quase vinte anos entre os primeiros registros na Hospedaria e a Estatística Agrícola de 1905 pode-se supor que, para uma parcela expressiva dos imigrantes, tornou-se viável que adquirissem propriedades pequenas, nos municípios das zonas de fronteira agrícola, em especial da Araraquarenses, após alguns anos de trabalho nas fazendas. Porém, o panorama geral dos resultados obtidos com o *matching* modifica-se quando se observam as nacionalidades em separado. A seguir, serão analisados os resultados para os italianos, espanhóis, alemães e austríacos. Essas quatro nacionalidades representam 80% do total de propriedades de estrangeiros recenseadas em 1905 e 99% dos proprietários encontrados na correspondência descrita anteriormente.

4.2.1. Os Italianos

Os italianos foram a principal nacionalidade em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo entre 1884 e 1904. Nesses vinte anos, mais de 521.000 imigrantes italianos – representando 73% do total de imigrantes – foram registrados na Hospedaria e empregaram-se nas fazendas paulistas. Foram também, em termos de números, os principais proprietários estrangeiros no estado de São Paulo registrados na Estatística Agrícola de 1905, sendo donos de 4.823 propriedades rurais – equivalente a 62% das propriedades de estrangeiros e 10% do total de propriedades rurais do estado. A amostra do *matching* retornou uma correspondência de 9,8% entre os proprietários listados na Estatística Agrícola e os italianos recebidos pela Hospedaria.

A área média das propriedades dos italianos na amostra era de 23 alqueires. Das 463 propriedades encontradas na correspondência feita, 80% eram pequenas, 16% médias, 3,6% grandes e 0,2% latifúndios. Os italianos em geral se fixaram nas áreas de fronteira e nas regiões cafeeiras já em declínio, especialmente os pequenos proprietários. Aproximadamente 25% das pequenas propriedades se encontravam na Araraquarense, 21% na Central e 10% na Capital. A Mogiana mostrou-se uma área viável para os italianos se estabelecerem, tendo 17% dos pequenos e 40% dos grandes proprietários, sendo a região onde se identificou o único latifúndio da amostra. As médias propriedades da amostra localizaram-se principalmente na Araraquarense (40%), região de fronteira agrícola, na região cafeeira da Mogiana (19%) e na Central (16%), onde o café já vinha perdendo importância em 1905. A Tabela 4.2 abaixo apresenta esses dados.

Tabela 4.2 – Tamanho e localização das propriedades mapeadas dos italianos no estado de São Paulo, por região, 1905

	Pequenas	Médias	Grandes	Latifúndios
Capital	39	2		
Vale do Paraíba e Litoral Norte	20	1	1	
Sorocaba	4	1		
Central	79	12	1	
Mogiana	66	15	6	1
Paulista	42	11	3	
Araraquarense	96	29	3	
Noroeste	1			
Alta Sorocabana	23	2	1	
Baixa Sorocabana		2		
Santos e Litoral Sul	1			

Fonte: São Paulo, *Estatística Agrícola*. Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes, Memória do Imigrante, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Alguns observadores e viajantes da época parecem ter nutrido uma visão otimista da situação dos colonos italianos em São Paulo. A opinião por eles manifestada era que a vida nas fazendas oferecia melhores condições financeiras e sociais do que as existentes no país de origem e, durante a alta do café, havia facilidade de lucro e oportunidades para acúmulo de pecúlio.¹⁸ Outro ponto frequentemente afirmado era que “um pouco de boa vontade”, “uma vida modesta” e o trabalho duro seriam suficientes para o imigrante ascender socialmente em um período de tempo não muito longo.¹⁹

O sucesso do colono italiano em solo paulista foi tema de diversos relatórios ministeriais e consulares e reportagens de contemporâneos. Nesses documentos, exaltava-se a perseverança do lavrador imigrante e os frutos de seu trabalho aparecendo na forma de pequenas propriedades espalhadas pelo estado. Antonio Piccarolo, historiador e jornalista socialista, por exemplo, relatou que conduziu um inquérito em 1913 visando avaliar a situação dos italianos colonos no estado. As “numerossíssimas respostas” que obteve, dizia o autor, haviam sido unânimes em afirmar que “os numerosos italianos proprietários de terras (...) eram todos ex-colonos” e que entre os colonos que preferiram não regressar à Itália havia a tendência de se tornarem pequenos

¹⁸ Antonio Piccarolo, “As condições econômicas do Imigrante,” *Correio Paulistano*, 28/01/1913, 3; Louis Albert Greffé, viajante francês, afirmou que “vindo então uma família ou um agrupamento de famílias com uma pequena reserva de capital e uma vontade de trabalho sobre as aptidões e os gostos pela cultura, é moralmente certo que eles encontrarão no Brasil, e particularmente no estado de São Paulo, as condições de sucesso que poucos países de colonização podem oferecer”. Greffé, *Visions*, 267.

¹⁹ Antonio Piccarolo, “As condições,” 3; Greffé, *Visions*, 272. Pio di Savoia, “Lo stato,” 210.

proprietários.²⁰ B. Belli, Ministro das Relações Exteriores da Itália, observou em seu relatório acerca da imigração italiana nos anos de 1909 e 1910 que as condições dos italianos que haviam adquirido terras em São Paulo eram “plenamente satisfatórias” do ponto de vista moral, econômico ou de posição social e que não era “pequeno o número dos bons colonos que, em períodos de tempo não muito longos, poderiam chegar a condições que lhes permitissem adquirir terras”. Uma família numerosa, composta de alguns membros aptos ao trabalho agrícola, conseguiria uma remuneração suficiente para seu sustento e para poupança, embora famílias formadas apenas de marido, mulher e filhos de pequena idade poderiam sofrer privações.²¹

Alfredo Ellis Jr., em seu trabalho sobre a população do estado de São Paulo, ao tratar dos imigrantes afirmou que os italianos, especialmente os da do pré-Primeira Guerra Mundial, haviam todos sido assimilados na economia e sociedade paulistas: “Vieram paupérrimos e em 20, 30, ou 40 anos subiram na roda da fortuna, à custa de mil capítulos de tenacidade, de privações, de sacrifícios, de inteligência e de economia. Hoje (...) são proprietários e muitos deles, hoje velhos patriarcas, que vieram meninos há vários decênios, são até respeitáveis coronéis no nosso interior e chefes políticos influentes moldados à feição paulista”.²²

A historiografia recente não apresenta consenso com relação ao destino dos imigrantes como proprietários. Michael Hall, por exemplo, valendo-se dos boletins oficiais do governo italiano e também de relatos de viajantes contemporâneos, afirmou que os salários defasados, as péssimas condições a que eram submetidos e o alto custo de vida seriam um impedimento para o imigrante italiano conseguir acumular poupança. Apenas em circunstâncias especiais algum pecúlio era alcançado e seria necessário que o imigrante viesse em uma família numerosa e composta por membros em idade ativa para que todos pudessem contribuir para a renda familiar. Esses imigrantes deveriam também se estabelecer em fazendas localizadas próximas das sedes dos municípios, o que os desvincularia da necessidade de adquirir bens no armazém da fazenda e proporcionaria condições para a venda de gêneros alimentícios no meio urbano. Para o autor, os resultados da Estatística Agrícola de 1905 seriam um retrato do fracasso da capacidade do imigrante adquirir terras.²³

²⁰ Antonio Piccarolo, “As condições,” 3.

²¹ B. Belli, “A Itália e a Imigração,” *Correio Paulistano*, 02/07/1911, 4.

²² Ellis Jr., *Populações*, 153.

²³ Hall, “Origins,” 146-50, 180-1.

Thomas Holloway, por sua vez, não negou as péssimas condições de vida e trabalho e dificuldades às quais os colonos italianos muitas vezes estavam submetidos. No entanto, o autor afirma que agentes consulares, viajantes e observadores, ao mesmo tempo em que relatavam os abusos, também descreveram que muitos conterrâneos conseguiram ascender econômica e socialmente trabalhando nas fazendas de café. Para o autor, grande parte dos imigrantes que se tornaram fazendeiros muito provavelmente começaram como colonos, já que o trabalho no café era virtualmente o único emprego rural disponível e os que tiveram sucesso no meio urbano provavelmente não se tornariam fazendeiros. Holloway partiu da premissa de que os imigrantes chegados a São Paulo condiziam com os interesses da política imigratória vigente: eram pobres e sem recursos, dependentes da passagem subsidiada e colocação nas fazendas. Logo, os imigrantes que compraram terras o teriam feito acumulando capital por meio do trabalho como colonos. Analisando a Estatística Agrícola de 1905, o autor notou que, em 34 dos 97 municípios da região cafeeira e de fronteira paulistas, imigrantes eram donos de mais de 30% das propriedades recenseadas. Nessas áreas estavam 55% do total de propriedades rurais do estado à época.²⁴

Holloway também destaca que a grande mobilidade dos imigrantes, permitindo, ao final de um contrato de trabalho, procurar fazendas que oferecessem melhores remunerações; a imigração em famílias, com muitos membros em idade de trabalho ativa; o papel da renda não-monetária, ou seja, das roças de subsistência, tornaram viável ao imigrante, em condições ideais, acumular capital e adquirir propriedades. Ainda assim, muitos não teriam conseguido se tornar proprietários se não fosse pela expansão da fronteira agrícola e pelas crises do café. Os que conseguiram se beneficiar dos contratos de colono para acumular recursos e se tornar proprietários independentes o fizeram apenas depois de muitos anos de trabalho, poupança e baixo consumo – o mesmo que preconizavam os viajantes que visitaram o estado no período.²⁵

Herbert Klein, da mesma forma que Holloway, não negou que os colonos sofreram exploração nas mãos dos fazendeiros e que muitas famílias italianas tiveram experiências difíceis durante seu período de trabalho nas fazendas. Apesar disso, para o autor, não haveria dúvidas quanto à capacidade do colono de acumular poupança e

²⁴ Thomas Holloway, "The coffee colono of São Paulo, Brazil: migration and mobility, 1880-1930," in *Land and Labour in Latin America: Essays on the Development of Agrarian Capitalism in the nineteenth and twentieth centuries*, eds. Kenneth Duncan e Ian Rutledge (Cambridge University Press, 1978), 311-3.

²⁵ Holloway, "The coffee," 318-9.

adquirir terras. No início, os italianos teriam comprado pequenas propriedades em terras marginais das regiões de exploração mais antigas ou nas fronteiras agrícolas. Para Klein seria "óbvio que os italianos se tornaram proprietários de terras significativos desde o início [da imigração em massa]".²⁶

A visão extremamente positiva de Antonio Piccarolo e Alfredo Ellis Jr., de que a maioria ou todos os colonos italianos teriam se tornado proprietários não encontra respaldo na amostra obtida pelo *matching* nas seções anteriores. Por outro lado, apesar do resultado do *matching* dos italianos proprietários com os em trânsito pela Hospedaria ter sido baixo, a amostra obtida parece confirmar o que preconizam autores otimistas como Thomas Holloway e Herbert Klein. Além disso, o sucesso relativo dos imigrantes dependia de regiões em que encontravam melhores condições para adquirir terra. Os italianos proprietários, como mostrado no capítulo anterior, estavam mais presentes na Central e Araraquarense. Na Mogiana, esses italianos superavam todas as outras nacionalidades. A amostra reflete esse cenário: a quase totalidade (96%) dos italianos que se tornaram proprietários eram chefes de família, chegados para o trabalho nas fazendas ainda nos anos 1890 e adquiriram terras nas áreas então de fronteira ou onde o café já não dominava a agricultura.

De fato, a aquisição de terras pelos italianos não foi homogênea em toda a zona cafeeira, algo que já foi observado no capítulo anterior. Fernando Antônio Abrahão, analisando os inventários *post mortem* para a comarca de Campinas (região Central) entre 1870 e 1940, mostrou que produtor rural era a principal ocupação entre os inventariados, chegando a 23,2% do total. O autor destaca a presença de produtores rurais entre os italianos a partir de 1895, indicando a aquisição de terras como uma realidade para os italianos chegados em períodos anteriores à grande imigração para São Paulo. Abrahão aponta também um número crescente de proprietários rurais nos inventários do período de 1920 a 1940. O autor encontrou 48 produtores rurais entre os 173 inventários analisados no período, o que sugere que os italianos que chegaram para o trabalho nas fazendas de café do município teriam obtido terras em Campinas.²⁷ Em 1905, existiam 88 proprietários italianos em Campinas listados na Estatística Agrícola. Destes, no *matching* aqui realizado foram encontrados registros na Hospedaria de Imigrantes para apenas cinco italianos (5,6% do total). É razoável supor, visto que

²⁶ Herbert S. Klein, "A integração dos italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos," *Novos Estudos CEBRAP* 25 (Out., 1989): 104-6.

²⁷ Abrahão, "Padrões," 61-3.

Abrahão encontrou evidências de proprietários rurais entre os inventariados mais antigos de sua amostra, que os italianos que figuravam como proprietários rurais no município também fossem aqueles que haviam chegado em levadas anteriores a 1884, especialmente pelo fato de Campinas estar em uma região onde a cafeicultura já vinha perdendo importância no início do século XX.

Carlos Bacellar mostrou que mesmo na área de Ribeirão Preto, no coração da Mogiana, durante o apogeu do café no início do século XX, os sítiantes estrangeiros teriam surgido logo no final do século XIX, estabelecendo-se em terras de menor valor e somente adquirindo propriedades maiores e melhores com as sucessivas crises do café e, em especial, com a crise de 1929.²⁸ Em 1905, 38 italianos possuíam propriedades rurais em Ribeirão Preto, 14% dos quais (5 proprietários) haviam chegado pela Hospedaria de Imigrantes, percentual este acima da média encontrada na amostra obtida para essa nacionalidade (9,8%). Desses cinco proprietários, quatro possuíam pequenas propriedades e um uma propriedade média, todos dedicando toda a área cultivável à produção cafeeira. Diferentemente do caso de Campinas, um número possivelmente maior de italianos que chegaram por meio do programa de subsídios para o trabalho nas fazendas cafeeiras parecem ter conseguido, então, obter terras em Ribeirão Preto.

Já Oswaldo Truzzi, examinando os colonos italianos em São Carlos, chega a uma conclusão distinta da apresentada para Ribeirão Preto. Para o autor, seria enganosa a noção de que os colonos estavam, aos poucos, transformando-se em pequenos proprietários, ao menos antes de 1930. Os caminhos que levariam o imigrante de colono a proprietário seriam mais demorados, envolvendo uma ou duas gerações, e a migração para os municípios atuaria como um degrau nessa ascensão.²⁹ O aumento do preço das terras com a expansão dos cafezais nos anos 1890 e começo do 1900 tornava-se um impedimento para a aquisição de propriedades rurais pelos estrangeiros. Truzzi usou os dados do Almanach de São Carlos de 1894 para mostrar que eram raros os sobrenomes estrangeiros dentre os proprietários de terra listados no município. O autor também fez uso da Estatística Agrícolas de 1905 para mostrar que em 1904-5 havia apenas 61 propriedades rurais pertencentes a estrangeiros dentre as 313 listadas no município.

²⁸ Carlos de Almeida Prado Bacellar, “O apogeu do café na Alta Mogiana,” in *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*, orgs. Carlos de Almeida Prado Bacellar e Lucília Reis Brioschi (São Paulo: Humanitas, 1999), 150.

²⁹ O Almanaque de São Carlos de 1928 retrataria esse caminho de negócios que os italianos trilhariam no anseio de conseguir se tornar proprietários de terra: “passando da roça ao pequeno commercio, do pequeno ao grande commercio, da pequena a grande industria, e do commercio e da industria (...) a proficientes sítiantes ou abastados fazendeiros”. Truzzi, “Café,” 89.

Além disso, a área média das propriedades dos imigrantes seria muito inferior à dos nacionais.³⁰ De fato, no geral, as propriedades rurais dos italianos em 1905 possuíam tamanho médio de 25 alqueires, frente aos 41 dos estrangeiros como um todo e 56 alqueires dos nacionais. No entanto, dos 40 italianos com propriedade rural no município de São Carlos, quatro – ou 10% do total – foram encontrados na amostra obtida do *matching* da Estatística Agrícola com a Hospedaria, percentual dentro da média (9,8%) encontrada na amostra. Dessa forma, parece razoável supor que os italianos em São Carlos não estavam tão distantes da aquisição de um pedaço de terra, seguindo a tendência dos conterrâneos no restante do estado.

Truzzi afirma também que as grandes propriedades em São Carlos sobreviveram mesmo quando a produção cafeeira na região declinou e a despeito dos efeitos das crises do café e de 1929.³¹ É possível, porém, que, não vendo oportunidade de aquisição de terras na região, parte dos colonos localizados inicialmente em São Carlos tenham seguido em direção à fronteira agrícola do estado de São Paulo ou para outras zonas aonde fosse mais fácil comprar terras, um fenômeno recorrente que foi identificado no exercício do *matching* realizado, conforme notado antes.

Nas regiões de Ribeirão Preto e São Carlos, os salários vinham caindo drasticamente no começo do século XX em comparação com a segunda metade dos anos 1890. Em Ribeirão Preto os salários nominais que oscilavam entre 70\$000 e 90\$000 réis pelo trato de 1.000 pés de café e \$500 pela colheita de um alqueire nos anos 1890, declinaram para 50\$000 a 70\$000 pelo trato e a \$300 pela colheita em 1903. Em São Carlos, os valores passaram de 100\$000 pelo trato para 60\$000 e \$400 pela colheita.³² Na amostra obtida pelo *matching*, os italianos proprietários chegaram ao estado de São Paulo justamente nos anos 1890 e se dirigiram para as fazendas de café dessas regiões. Esses salários melhores podem ter ajudado os colonos a formarem poupança e tornado a aquisição de terra mais factível nas regiões cafeeiras, antes da queda das remunerações nos anos seguintes. De fato, na amostra, 58% das pequenas, 75% das médias e 80% das grandes propriedades dos italianos estavam localizadas nas regiões cafeeiras da Mogiana e Paulista, bem como na região da Araraquarense. Os italianos proprietários identificados na amostra seguiram a tendência geral dos italianos

³⁰ Truzzi, “Café,” 87-93.

³¹ Oswaldo Truzzi, “Percursos e descaminhos da italianidade no interior paulista,” in *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS* (Águas de Lindóia, set. 2013), 10.

³² Pio di Savoia, “Lo stato,” 198; 202.

proprietários do estado como o principal grupo de estrangeiros a obter terras na região da Mogiana. Por outro lado, os espanhóis e alemães não tiveram o mesmo destino, como será visto nas próximas subseções.

4.2.2. Os Espanhóis

De 1884 a 1904 foram registrados 87.505 espanhóis na Hospedaria de Imigrantes em São Paulo, o equivalente a 12,3% do total de imigrantes registrados na Hospedaria no período. O levantamento das propriedades rurais do estado em 1905 revelou a existência de 411 propriedades pertencentes a esta nacionalidade. Com o procedimento de *matching* realizado, obteve-se uma amostra com 132 proprietários de terra espanhóis com passagem pela Hospedaria, 32,6% do total de proprietários espanhóis, o maior percentual entre todas as nacionalidades analisadas.

Os resultados encontrados diferem do que é afirmado por parte da literatura. Para José de Souza Martins, os espanhóis que se aventuraram nas fazendas paulistas tinham um perfil diferentes daquele de outras nacionalidades europeias que foram para São Paulo. Segundo o autor, em sua grande maioria camponeses pobres sem-terra, chegados tardiamente durante a crise da economia cafeeira, esses espanhóis não teriam se engajado em contratos tão vantajosos quanto os assinados pelos italianos anos antes.³³ Souza Martins usa a Estatística Agrícola de 1905 para dar apoio a essa interpretação, afirmando que havia apenas 415 espanhóis listados como proprietários de terra no estado de São Paulo.

Vanessa Dias, estudando a mobilidade social dos espanhóis no município de Franca com inventários *post-mortem*, chegou a resultado similar ao afirmar que as possibilidades que o trabalho na fazenda cafeeira oferecia para a formação de pecúlio eram poucas para que fosse possível aos espanhóis tornarem-se proprietários. Segundo a autora, a grande maioria dos que haviam adquirido terras em Franca possuíam propriedades com menos de 10 alqueires e nenhum imigrante possuía terras com mais de 50 alqueires. Muitos teriam comprado propriedades em conjunto, dividindo-as com parentes ou amigos. A autora sugere também que essas propriedades podem ter sido adquiridas como forma de pagamento por serviços prestados a fazendeiros ou compradas a preços baixos por terem se desvalorizado no mercado em um período de

³³ Martins, “A imigração,” 11.

crise na cafeicultura.³⁴ De fato, Franca não parece, ao menos logo no início do século XX, ter sido um ambiente propício para os estrangeiros adquirirem terras. Das 384 propriedades em Franca listadas na Estatística Agrícola, apenas 14 pertenciam a estrangeiros e nenhuma a espanhóis.

Herbert Klein elaborou uma interpretação oposta à de José Souza Martins e Vanessa Dias. Ainda que, de fato, as condições encontradas pelos espanhóis na chegada possam ter sido piores, segundo o autor um número significativo de colonos conseguiu poupar e comprar terras, apesar dos percalços e das explorações sofridas nas fazendas de café.³⁵ Deve ser levado em conta, como mostrado no Capítulo 3, que na época da Estatística Agrícola, em 1904-05, a imigração espanhola estava apenas começando a aumentar em São Paulo. Foi apenas com a proibição por parte do governo italiano da imigração subsidiada para São Paulo, em 1903, que os espanhóis passaram a compor um grupo significativo de imigrantes e alcançaram a liderança nas entradas no estado até 1920. No Censo Demográfico de 1920, os espanhóis aparecem em terceiro lugar entre os estrangeiros proprietários de terra, com 3.530 propriedades.³⁶ Enquanto os italianos e portugueses aumentaram suas propriedades em 2,5 vezes entre 1905 e 1920, os espanhóis deram um salto de oito vezes e meia no mesmo período.³⁷

Uma possível hipótese que explicaria os resultados obtidos na amostra, de que 32,6% dos espanhóis que se tornaram donos de terra teriam passado pela Hospedaria, é que as condições – econômicas e sociais – na Espanha no começo do século XX eram mais adversas que nos outros países europeus, como a Itália.³⁸ O retorno à pátria não

³⁴ Vanessa Dias, “Inserção às avessas: a imigração espanhola em Franca-SP (1900-1955)” (Dissertação de Mestrado, UNESP, 2010).

³⁵ Klein, *A imigração*, 65-6.

³⁶ Brasil, *Recenseamento 1920*, v. III, 1a parte.

³⁷ É importante observar que é possível que, em 1920, uma parcela dos proprietários rurais listados como nacionais fossem, na verdade, filhos da primeira geração de italianos chegados ao estado de São Paulo no início da imigração em massa, o que não acontece com os espanhóis, visto serem de uma imigração mais tardia.

³⁸ Cristóbal Botella, contemporâneo do movimento imigratório espanhol, escreveu em 1888 que as causas da imigração espanhola residiam não no aumento populacional ou no “espírito aventureiro” da população, mas sim na miséria, na falta de trabalho e de subsistência. Cristóbal Botella, *El problema de la emigración* (Madrid: Tipografía de los huérfanos, 1888): 160-1. Blanca Sanchez-Allonso, estudando os determinantes da imigração espanhola, também ressalta a questão da pobreza e afirma que o aumento da renda *per capita* na Espanha estava positivamente relacionada com a emigração, já que permitia aos espanhóis financiarem suas passagens para o Novo Mundo. Blanca Sánchez-Alonso, “Those Who Left and Those Who Stayed behind: Explaining Emigration from the Regions of Spain, 1880-1914,” *The Journal of Economic History* 60, n. 3 (Sep. 2000). Para Herbert Klein, os espanhóis chegados ao Brasil com passagens subsidiadas seriam mais pobres que os que emigravam para outras partes do Novo Mundo, além de emigrarem com famílias, diminuindo as possibilidades de retorno à pátria. Klein, *A imigração*, 32. Ver, também: Cánovas, “A emigração,” 40-3; 199-204.

parecia ser uma possibilidade para a maioria desses espanhóis, o que levaria os imigrantes a investirem os recursos ganhos nas fazendas durante sua permanência em São Paulo ou na re-emigração para outros países. As estatísticas de entrada e saída de imigrantes pelo porto de Santos mostram que, entre 1894 e 1901, dos quase 70.000 espanhóis entrados, apenas 14.100 deixaram o estado, o que representa um coeficiente geral de fixação de 80%.³⁹ Em comparação, no mesmo período, o coeficiente de fixação para os italianos foi de apenas 56%, e dos portugueses, 47%.⁴⁰ Posteriormente, entre 1905 e 1927, o coeficiente de fixação para os espanhóis foi de 55,5%, ou seja, mais da metade dos espanhóis que chegou permaneceu no estado no período. Esse coeficiente continuou bastante superior ao dos italianos (15,6%) e portugueses (46,1%).⁴¹ Ainda que não haja estatísticas de saídas discriminadas por nacionalidade destino para o período (1886 a 1905) abordado por este capítulo, para anos posteriores os dados mostram que de 1911 e 1919, dos 121.990 espanhóis entraram no estado de São Paulo pelo porto de Santos, 22.457 deixaram o estado em direção à Argentina e ao Uruguai e 20.310 em direção à Europa.⁴²

Marília Dalva Cánovas deu outra contribuição importante sobre a trajetória dos imigrantes espanhóis. A partir de relatos colhidos de imigrantes espanhóis e seus descendentes estabelecidos na região de Villa Novaes entre 1880 e 1930, então pertencente ao município de Jaboticabal, de registros civis e de compra e venda de terras, e do cruzamento de informações com os registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes, Cánovas reconstituiu a trajetória e permanência desse grupo de estrangeiros na região.⁴³

Divergindo do que afirma José de Souza Martins, mas apresentando um argumento diferente do exposto por Herbert Klein, Cánovas aponta que, ao menos no caso de Villa Novaes, os espanhóis dirigidos às fazendas paulistas não eram necessariamente representantes das classes sociais mais baixas, sem posses ou condições financeiras; muitos possuíam algum pecúlio e até mesmo propriedades rurais

³⁹ O coeficiente geral de fixação é calculado pela razão entre o saldo migratório de cada nacionalidade pela quantidade de entrados dessa nacionalidade em um determinado período em questão.

⁴⁰ São Paulo, *Relatório... Antonio Candido Rodrigues 1901*, 120-1.

⁴¹ São Paulo, *Relatório da Agricultura apresentado ao Dr. Julio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado, pelo Dr. Fernando Costa, Secretário da Agricultura* (São Paulo, s/d, s/e.), 177.

⁴² São Paulo, *Relatórios da Agricultura... 1911-1920*. Em outro trabalho, eu mostrei que entre 1896 e 1904 cerca de 20% das saídas de imigrantes do porto de Santos eram em direção ao Rio da Prata. Lanza, "Imigração," 143.

⁴³ Cánovas, "A emigração," 153-5.

em suas localidades natais. Cánovas sustenta, a partir de relatos desses imigrantes, que o trabalho nas fazendas e a possibilidade de produção de alimentos permitiam, após algum tempo (entre 2 e 6 anos), a compra de pequenas propriedades pela família ou em conjunto com outras famílias.⁴⁴ A autora também observa que era comum o deslocamento em busca de terras mais baratas em outras regiões.⁴⁵

Fernando Antônio Abrahão também afirma que os espanhóis estabelecidos em Campinas não eram tão pobres quanto o apresentado pela historiografia. O autor relata espanhóis no município atuando em diversas atividades urbanas, como industriais, artesãos, profissionais liberais, além de figurarem também como proprietários rurais.⁴⁶

João Paulo da Silva, estudando a inserção e assimilação de espanhóis no interior do estado de São Paulo, segue a mesma linha de Cánovas e Abrahão e sustenta que os espanhóis chegados a Sorocaba para o trabalho nas fazendas eram de origem rural e possuíam pequenas propriedades em suas regiões natais. O autor também cita a situação econômica da Espanha no final do século XIX e começo do XX como motivadora para que esses espanhóis deixassem suas propriedades e emigrassem para o interior de São Paulo.⁴⁷

A amostra obtida por *matching* para o caso dos espanhóis condiz com o que foi apresentado no Capítulo 3 sobre a localização das propriedades desses imigrantes espanhóis e confirma também o que foi exposto por Klein, Cánovas, Abrahão e Silva. Dos 131 imigrantes espanhóis mapeados com propriedade de terra no estado de São Paulo em 1905, 38 deles possuíam terras na Araraquarense e 17 na Alta Sorocabana, zonas de fronteira agrícola do estado naquele momento. Os espanhóis tendiam a se estabelecer nessas zonas, onde a terra era mais barata e ainda estavam sendo abertas à ocupação por pequenos proprietários. A amostra indica também esse grupo se estabelecendo em regiões onde o café vinha perdendo importância, como a Central (com 28 proprietários) – como ocorreu no município de Campinas, estudado por Abrahão e que teve, dentre os 641 proprietários rurais, 14 de origem espanhola, dos quais quatro foram localizados nos registros da Hospedaria. Outro exemplo ocorreu na zona cafeeira da Paulista (19 proprietários). Diferentemente do caso italiano, apenas três propriedades de espanhóis foram encontradas na amostra na região da Mogiana. Em

⁴⁴ Cánovas, “A emigração,” 202, notas 387-8; 226-8; 264-5; 268-9.

⁴⁵ Cánovas, “A imigração,” 234 e ss.

⁴⁶ Abrahão, “Padrões,” 71-2.

⁴⁷ Silva, “Espanhóis,” 118-21.

1905, na Mogiana o preço médio do alqueire de terra (140\$) era 30% mais elevado do que na Alta Sorocabana (105\$) e Central (102\$), 10% mais alto que na Araraquarense (125\$) e 240% maior do que que na Noroeste (58\$), indicando que, para os espanhóis, talvez o valor da terra na principal zona cafeeira do estado fosse proibitivo.

Dos estabelecimentos rurais pertencentes aos espanhóis identificados no *matching*, 81% eram pequenas propriedades, com menos de 25 alqueires. Apenas 24 propriedades possuíam tamanho médio, sendo que Araraquarense, Paulista e Alta Sorocabana reuniam 16 delas. Havia apenas 3 propriedades grandes, duas localizadas na zona de Sorocaba e uma na Central, e nenhum latifúndio entre os espanhóis proprietários mapeados. A tabela 4.3 abaixo apresenta esses dados. Na amostra obtida, as propriedades dos espanhóis possuíam, em média, 17,7 alqueires, frente aos 23 alqueires dos italianos, 45 dos austríacos e 47 dos alemães. Assim como para o caso dos italianos, 81% dos estabelecimentos rurais dos espanhóis eram pequenas propriedades. Por outro lado, 19% das propriedades eram médias (frente a 16% dos italianos) e 2,3% eram grandes propriedades (frente a 3,6% para os italianos).

Tabela 4.3 – Tamanho e localização das propriedades mapeadas dos espanhóis no estado de São Paulo, por região, 1905

	Pequenas	Médias	Grandes	Latifúndios
Capital	6			
Vale do Paraíba e Litoral Norte	9	1		
Sorocaba	1	2	2	
Central	25	2	1	
Mogiana	2	1		
Paulista	14	5		
Araraquarense	31	7		
Noroeste	1	1		
Alta Sorocabana	12	4		
Baixa Sorocabana				
Santos e Litoral Sul	2	1		

Fonte: São Paulo, *Estatística Agrícola de 1905*; Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes, Memória do Imigrante, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Apesar da entrada de espanhóis no estado de São Paulo ter sido uma imigração tardia, a amostra aqui obtida corrobora a interpretação de Marília Cánovas e Herbert Klein sobre o acesso à terra por esses imigrantes. Apesar de que os primeiros espanhóis possam não ter encontrado contratos tão vantajosos nas fazendas, como o retorno à

pátria não parecia ser uma opção, restava a alternativa de comprar propriedades rurais menores, localizadas em regiões mais distantes dos centros cafeeiros onde a terra era mais acessível e barata. O fato do procedimento realizado ter retornado 33% de correspondência entre os espanhóis listados como donos de terra na Estatística Agrícola e os registrados na Hospedaria é mais um indício de que os imigrantes mais pobres, vindos para o trabalho nas fazendas, conseguiram comprar terras no estado de São Paulo.

4.2.3. Os Alemães

A imigração alemã para São Paulo remonta aos primórdios das experiências de colonização e de emprego da mão de obra livre nas fazendas paulistas. No período da grande imigração para São Paulo, os alemães perderam importância frente aos italianos, portugueses e espanhóis. Entre 1884 e 1904 passaram pela Hospedaria apenas 9.283 imigrantes germânicos, correspondendo a 1,3% do total dos imigrantes. Os resultados obtidos do mapeamento dos proprietários de origem alemã surpreenderam, porém. A Estatística Agrícola de 1905 apontou a existência de 665 alemães como proprietários de terra no estado de São Paulo naquele ano. No entanto, apenas 21 – ou seja, 3,3% – dos imigrantes alemães da Hospedaria aparecem listados como proprietários de terra naquele ano, o que pode significar que os alemães chegados ao estado entre 1884 e 1904 não tenham obtido condições para adquirir terras ou que tenham se dedicado a outras atividades após deixarem as fazendas de café. Esse resultado condiz com o levantado por Warren Dean em seu estudo sobre Rio Claro. O autor afirma, ao analisar as propriedades rurais no município em 1905, que os proprietários alemães listados não seriam imigrantes de primeira geração, vindos com a imigração em massa, mas sim imigrantes mais antigos; e que, na verdade, os estrangeiros de origem germânica não se dedicavam mais à agricultura.⁴⁸

Diante do baixo número obtido tanto pelo procedimento de *matching* quanto por Warren Dean, vale examinar com mais detalhe e outras informações as características dos proprietários alemães em São Paulo.⁴⁹ Conforme observado em outro capítulo, as primeiras experiências bem documentadas de trabalhadores germânicos nas fazendas

⁴⁸ Dean, *Rio Claro*.

⁴⁹ Os resultados detalhados da análise e dos dados citados a seguir serão publicados na forma de um capítulo intitulado “E ‘fizeram América’? Mobilidade socioeconômica dos primeiros colonos de Ibicaba. In: *Ibicaba, 200 anos: em comemoração ao colóquio do bicentenário*, organizadores Leonardo Antonio Santin Gardenal e Bruno Gabriel Witzel De Souza (Cordeirópolis: Prefeitura Municipal, 2021).

paulistas datam da década de 1840, com as iniciativas do senador Nicolau Vergueiro. A firma do senador e filhos – a Vergueiro & Cia. – contratou 423 imigrantes alemães sob o sistema de parceria em um novo experimento, a Colônia Senador Vergueiro, localizada na fazenda Ibicaba, então em Limeira..⁵⁰ A partir deste momento, a fazenda Ibicaba tornou-se um modelo na província de São Paulo e a colônia chegou a abrigar 900 estrangeiros. Na década de 1850, a província recebeu pouco mais de 6.700 imigrantes, dentre os quais imigrantes de língua alemã, havendo um crescimento substancial das colônias particulares nos moldes da experiência de Vergueiro.⁵¹ Em fins da década de 1850, porém, as queixas frequentes dos colonos acerca dos maus tratos e dívidas acumuladas levaram a revoltas e protestos em diversas colônias. O episódio mais famoso foi a Revolta dos Colonos, ou dos Parceiros, ocorrida em Ibicaba em 1856-57, que marcou o início do declínio do sistema de parceria.⁵² A documentação existente desse primeiro experimento realizado por Vergueiro nos permitiu localizar não apenas ex-colonos como proprietários na Estatística Agrícola de 1905 como também seus possíveis descendentes.

A identificação de imigrantes em diferentes fontes foi possível graças às listas de registros existentes na Fazenda Ibicaba, arrolando os imigrantes engajados como colonos na colônia Senador Vergueiro. Essas listas incluem uma de abertura da colônia, de 1846, contendo os 84 chefes de família alemães; um levantamento das contas de 72 colonos feito pelo vice-cônsul Suíço, Charles Perret-Gentil, como parte de uma obra de propaganda em favor da colonização pelo sistema de parceria; e uma lista com os nomes de 99 colonos saídos da fazenda Ibicaba até 1857, elaborada pelos proprietários da Vergueiro & Cia, muito possivelmente com o objetivo de divulgar a prosperidade alcançada por aquelas famílias.⁵³

Combinando essas três listas e excluindo os nomes que se repetiam, obteve-se uma lista única com 128 nomes e sobrenomes germânicos de colonos da Ibicaba.

⁵⁰ Forjaz, *O Senador*; Stolcke e Hall, “Introdução”; Costa, *Da monarquia*, cap. 5; Lamounier, “Between,” 156-61.

⁵¹ Vergueiro & Cia foi responsável por introduzir uma boa parte desses imigrantes. Sobre os contratos de imigração, ver Gonçalves (2010). As estatísticas disponíveis de entrada de imigrantes em São Paulo na década de 1850 apenas trazem números em separado para os portugueses (2.571) e espanhóis (37). O restante figura sob a sigla “Diversos” (3.666) no quais, certamente, estavam os alemães que se dirigiram para as colônias da província. São Paulo, *Relatório da Agricultura... 1900*.

⁵² Sobre a revolta de Ibicaba, ver as memórias de seu líder, o mestre-escola suíço Thomas Davatz (1941).

⁵³ Essas listas encontram-se reproduzidas em: José Eduardo Heflinger Jr., *A revolta dos parceiros na Ibicaba* (Limeira: Unigráfica, 2009), 25, 29-30, 62.

Desses nomes, foram localizados nove proprietários na Estatística Agrícola de 1905.⁵⁴ Embora seja possível que algumas dessas pessoas sejam descendentes dos pioneiros, que compartilhavam o nome e sobrenome de seus antepassados, é também razoável que alguns deles fossem pessoas mais idosas, que haviam passado sua infância (e talvez adolescência) em Ibicaba e ainda estavam vivas em 1905.

Todos os nove ex-colonos que aparecem na Estatística Agrícola de 1905 adquiriram propriedades em Limeira ou em municípios próximos à antiga colônia, como por exemplo São Carlos, Rio Claro e Campinas. Um dos ex-colonos possuía três propriedades, elevando o total da amostra a onze propriedades. Com exceção de dois proprietários, para os quais não foram encontrados dados, os outros sete se dedicavam à produção de gêneros alimentícios, como milho, feijão e arroz, enquanto cinco plantavam café. Em relação ao tamanho dessas propriedades, não havia latifundiários entre os antigos colonos da Ibicaba. Das onze propriedades, quatro tinham menos de 25 alqueires, seis tinham entre 28 e 50 alqueires e apenas uma propriedade pode ser considerada grande, com 200 alqueires.⁵⁵ O tamanho médio das propriedades desses ex-colonos era de 40 alqueires, superior tanto às propriedades dos italianos (que era de 23 alqueires) quanto dos espanhóis (17,7 alqueires) listadas no mapeamento apresentado anteriormente.

Além dos nove proprietários mencionados, a busca pelos sobrenomes dos 128 ex-colonos na Estatística Agrícola de 1905 retornou ainda 66 possíveis parentes com propriedades. Os municípios próximos à Ibicaba concentraram boa parte desses estabelecimentos. Em Rio Claro estavam treze deles, seguido por Limeira (8), Pirassununga (7), Campinas (4) e São Carlos (2). O restante das propriedades (32) estava espalhado por todo estado, em municípios de zonas de fronteira agrícola como Bauru, na região Noroeste, até regiões já antigas como a Capital. Em termos de tamanho, 25 unidades eram pequenas propriedades, 19 médias, 20 grandes e 3 formavam latifúndios. Dentre esses latifúndios, encontravam-se as unidades de grandes cafeicultores, como Francisco Schmidt, que sozinho possuía oito propriedades com 2.500 alqueires de terra e 1,6 milhão de pés de café. Havia também pequenos sitiantes, dedicados exclusivamente ao cultivo de alimentos. As listas mencionadas –de contas

⁵⁴ São eles Jacob Seckler, João Fahl, José Schaefer, Guilherme Hummel, Luiz Sass, Jacob Sass, Jacob Lahr, Jacob Scholl e Felipe Rigo. Todos os nomes foram abrigados no registro da Estatística Agrícola de 1905.

⁵⁵ Os nove ex-colonos que aparecem como donos de terra em 1905 possuíam um total de onze propriedades rurais. Um dos ex-colonos, Luiz Sass, possuía três propriedades em Limeira.

dos parceiros e de saída da colônia – indicam também que um saldo positivo durante a estada na fazenda (de 1847 a 1850 e/ou de 1850 a 1857), ou uma poupança acumulada ao sair propriedade (em 1857), parece ter sido um fator importante na capacidade das famílias em tornarem-se proprietárias de terra, uma vez que foi possível identificar os próprios colonos e seus possíveis descendentes entre os proprietários em 1905.

Dos 665 alemães proprietários rurais listados na Estatística Agrícola de 1905, a correspondência com os registros da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo retornou apenas 21 nomes. A busca na Estatística Agrícola utilizando os nomes e sobrenomes de 128 ex-colonos da Ibicaba retornou nove ex-colonos e 66 possíveis parentes como donos de terra em 1905. Warren Dean, ao que tudo indica, tinha razão. No exposto até aqui, os alemães que se tornaram proprietários rurais até 1905 não foram os que passaram pela Hospedaria no período da imigração em massa. A última nacionalidade analisada no *matching*, os austríacos, teve destino e trajetória similares aos alemães.

4.2.4. Os Austríacos

À época da imigração em massa, o que se considerava como “austríaco” difere do elemento austríaco conhecido atualmente. Até 1918 o Império Austro-Húngaro englobava limites territoriais muito além dos que hoje definem a Áustria e a Hungria. Poloneses, húngaros, romenos, eslovenos, croatas, italianos, tchecos, eslovacos, alemães de territórios austríacos, da Romênia e da Hungria eram incluídos no chamado “imigrante austríaco”. Essa multietnicidade levou a problemas nos registros das estatísticas de imigração. Na ausência do controle dos emigrantes na origem, as estatísticas emigratórias ficavam a cargo dos portos de saída, o que gerou um grande número desses imigrantes classificados conforme os critérios de cada porto ou de acordo com a autodefinição do próprio imigrante.⁵⁶ Uma etnia dentre esses imigrantes austríacos que se transferiram para São Paulo formava maioria: os tirolezes.⁵⁷

Essa etnia dos austríacos tem sua origem na região de Trento-Tirol, hoje província autônoma italiana que pertenceu ao Império Austro-Húngaro até 1918. Apesar dos trentinos – ou tirolezes – poderem ter sido registrados como italianos na Hospedaria de Imigrantes, grande parte dos imigrantes classificados como austríacos em trânsito

⁵⁶ Ursula Prutsch, *A emigração de austríacos para o Brasil (1876-1938)* (Brasília: Embaixada Austríaca no Brasil, 2011), 3-7.

⁵⁷ Renzo Grosselli, *Da schiavi Bianchi a coloni. Un progetto per la fazenda – Contadini trentini (veneti e Lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte IV – São Paulo 1875-1914* (Trento: Provincia Autonoma di Trento, 1991), 154.

pela Hospedaria de Imigrantes tinham, de fato, sobrenomes muito mais similares aos de origem italiana que germânica.⁵⁸ Entre 1884 e 1904, passaram pela Hospedaria pouco mais de 18.000 austríacos, o equivalente a 2,6% do total de imigrantes registrados na Hospedaria. Na Estatística Agrícola de 1905 constavam 89 proprietários de terras austríacos; 59 dos quais possuíam sobrenomes de origem italiana, que Renzo Grosselli considera “sobrenomes tipicamente trentinos”.⁵⁹ O procedimento de correspondência realizado retornou uma amostra com 24 proprietários identificados pelo cruzamento das fontes. Destes, 18 possuíam sobrenomes de origem italiana.

Em São Paulo, os austríacos, assim como os alemães, localizaram-se principalmente nas zonas Central (16%) e Paulista (34,5%), em especial nos municípios de Campinas, Pirassununga, Itu, Descalvado, Piracicaba, Araras e São Carlos. A Mogiana (23%) aparece em seguida, com Ribeirão Preto (27,7%) como o principal destino desses imigrantes na região.⁶⁰ Nessas mesmas zonas encontram-se as propriedades localizadas na amostra dos austríacos. De fato, há informação do destino após a saída da Hospedaria de 11 dos 24 proprietários identificados. Seis deles originalmente instalaram-se como colonos em Ribeirão Preto. Ainda que nenhum deles tenha adquirido terras no município, suas propriedades continuaram na Mogiana, nos municípios de Pitangueiras e Amparo.

A área média das propriedades dos austríacos na amostra é de 40 alqueires, bem superior à registrada dos italianos (23) e espanhóis (17,7) e equivalente à dos alemães. Dos 24 proprietários mapeados, 17 possuíam pequenas propriedades. Na Mogiana estavam seis delas, seguida pela Paulista, com três propriedades, e Araraquarense e Central, com duas cada. Cinco propriedades eram médias, localizadas na Paulista (2), Central (2) e Araraquarense (1). A correspondência entre as fontes retornou, também, dois grandes proprietários austríacos. O maior era Antônio Furlan (grafado nas estatísticas como Turlan), que possuía uma propriedade em Piracicaba com 310 alqueires, dos quais apenas 10 alqueires estavam em cultivo, com 14.000 pés de café, além de arroz e milho. Em seguida vinha a propriedade de Luigi Negri e irmãos, também em Piracicaba, com uma propriedade de 295 alqueires, com a maior produção

⁵⁸ Grosselli, *Da schiavi*, 166

⁵⁹ São Paulo, *Estatística Agrícola*. O autor afirma também que pelo menos 70 trentinos foram inclusos nas estatísticas como sendo italianos. Além disso, Grosselli ressalta que deveriam ser incorporados os trentinos proprietários de terra de Itu que não constavam na Estatística Agrícola de 1905. Como visto no capítulo 3, alguns municípios não tiveram os resultados do levantamento estatístico publicados em separado. Grosselli, *Da schiavi*, 367.

⁶⁰ Registros de Matrícula, *Hospedaria de Imigrantes*, 1882-1920.

cafeeira da amostra: 40.000 pés cultivados em 20 alqueires. Negri havia entrado na Hospedaria em 1884 e se instalado em São Bernardo, dirigindo-se em algum momento para o interior de São Paulo.

Assim como os alemães, a imigração austríaca para o Brasil tem origem anterior aos anos da imigração em massa. A crise econômica vivida pelo Império Austro-Húngaro na segunda metade do século XIX, os embargos econômicos impostos pela Itália aos produtos da região, o empobrecimento generalizado do grande número de camponeses que compunham a população tiroleza, e a obrigação do serviço militar contribuíram para que os habitantes do Império buscassem refúgio no Brasil e em outros países.⁶¹ Os primeiros austríacos chegaram ao Brasil em 1859, dirigindo-se para as colônias no Espírito Santo. Nos anos seguintes, as províncias do sul do país foram o destino principal desses estrangeiros. Em São Paulo, em 1877, os primeiros austríacos-trentinos foram para o trabalho na fazenda Sete Quedas, de Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, localizada em Campinas.⁶² Renzo Grosselli reconstituiu a trajetória de algumas primeiras famílias trentinas chegadas à essa colônia e às colônias de Saltinho e Salto Grande, em Campinas e Amparo, respectivamente. Assim como no caso dos alemães contratados para o trabalho na Ibicaba, foi possível encontrar informações para alguns desses colonos e seus descendentes na Estatística Agrícola de 1905.

Entre 1877 e 1883, as famílias Vitti, Forti, Correr, Brunelli, Stenico, Degasperi e Cristofolletti foram contratadas pelo Visconde de Indaiatuba para a colônia Saltinho, sob o sistema de parceria, pelo prazo de 9 anos, recebendo 500\$000 por alqueire de café colhido, sem extras pelo trato dos cafezais, e com direito ao uso das terras para plantio de cereais.⁶³ Findos os 9 anos do contrato, as famílias Vitti e Forti permaneceram na fazenda do Visconde até 1887, quando se mudaram para Rio Claro.⁶⁴

⁶¹ Everton Altmayer Leopoldino, “O dialeto tretino da Colônia Tirolesa de Piracicaba: aspectos fonéticos e lexicais” (Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2014), 78-81.

⁶² Para uma história detalhada do início da imigração austríaca ao Brasil e para São Paulo, ver Leopoldo, 90-116. O Visconde de Indaiatuba, após a proibição pelo governo alemão da imigração para o Brasil, recorreu aos trentinos como substitutos, classificando-os como imigrantes de grande moralidade, união e apegados ao trabalho. Chegando em grandes famílias, não demorariam em se emancipar e quitar os débitos contraídos na contratação. Além disso, segundo o fazendeiro, seriam elementos certos para contribuir à civilização do país. Cf. José Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, “Introdução ao trabalho livre em Campinas,” in *Monografia histórica do município de Campinas*, orgs. Carlos Francisco de Pádua (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952), 245.

⁶³ É importante notar que diversas famílias com o mesmo sobrenome, provavelmente parentes, instalaram-se nas colônias do Visconde de Indaiatuba. Grosselli apresenta uma relação com todos os imigrantes trentinos que entraram nas colônias de Saltinho e Santo Grande entre 1877 e 1883 e nela é

Em 1893, os Vitti e os Forti compraram juntos a Fazenda Santanna, em Piracicaba, com 300 alqueires de extensão, por 100:000\$000, dos quais 5:000\$000 foram pagos à vista e o restante, acrescido de juros de 9% ao ano, devendo ser pago em 1901 com os frutos da colheita do café. Os Vitti compraram sua parte com o dinheiro acumulado no trabalho como colonos na fazenda do Visconde de Indaiatuba e com empréstimos contraídos junto a familiares estabelecidos na cidade de Rio Claro. Os Forti, por sua vez, recorreram a Cícero Bastos para obter o capital necessário para quitar sua parte.⁶⁵

As famílias Correr, Brunelli, Stenico, Degasperi, Cristofolletti e outros membros da família Forti partiram juntas da colônia de Sete Quedas para trabalharem como colonos na fazenda Monte Alegre, em Piracicaba, de propriedade de Joaquim Rodrigues do Amaral, onde permaneceram por mais cinco anos. Também em 1893, esse grupo firmou contrato com João Batista Ponto e Firmino Bueno de Oliveira para a compra da fazenda Santa Olímpia, fundando uma colônia trentina no município de Piracicaba.⁶⁶ O pagamento pela fazenda contou com a obtenção de empréstimos também juntamente a Cícero Bastos, com altos juros e mediante a hipoteca da fazenda e das colheitas futuras de café.⁶⁷ É possível notar que existia uma verdadeira rede de ajuda mútua entre esses imigrantes trentinos para a aquisição e quitação de terras no estado de São Paulo, seja pela aquisição em conjunto de propriedades, seja pela contratação de empréstimos com os mesmos financiadores ou com conterrâneos.

A Estatística Agrícola de 1905 traz também as propriedades descritas acima, além de austríacos e italianos trentinos proprietários oriundos das colônias do Visconde de Indaiatuba. A propriedade comprada pelos Vitti e Forti em 1893 em Piracicaba aparece listada sob o nome de Angelo Vitti e Cia, com 211 alqueires, 89 a menos do que na época da compra e com metade de sua área cultivada coberta por 30.000 cafeeiros. Além disso, Vitti aparece listado como sendo italiano, e não austríaco. A fazenda comprada em conjunto pelos Correr, Brunelli, Stenico, Degasperi, Cristofolletti e Forti aparece na Estatística Agrícola de 1905 como pertencente a “José Fortes e Cia”,

possível verificar diversos imigrantes com o mesmo sobrenome, inclusive chegados em épocas diferentes. Grosselli, *Da schiavi*, 382-5.

⁶⁴ Leopoldino, “O dialeto,” 111-3.

⁶⁵ Grosselli, *Da schiavi*, 375.

⁶⁶ Ver: Leopoldino, “O dialeto,” 110-20; Grosselli, *Da schiavi*, 376.

⁶⁷ Grosselli, *Da schiavi*, 376-7.

austriaco. A propriedade tinha 150 alqueires, dos quais 28,5 alqueires estavam em cultivo com 12.000 pés de café, além de milho, arroz e feijão.

Renzo Grosselli apresenta quatro listas de trentinos estabelecidos em 1877 e 1883 como colonos nas fazendas de Saltinho e Salto Grande. Essas listas, combinadas, possuem 84 sobrenomes únicos. Foi possível localizar propriedades de 26 possíveis parentes desses colonos e cinco propriedades dos antigos colonos. 12 propriedades estavam em Piracicaba, onde os trentinos fundaram sua colônia nos anos 1890, ou em municípios próximos, como Rio Claro e Rio das Pedras. Outros 16 colonos trentinos adquiriram terras nas municipalidades das antigas colônias, Campinas e Amparo, bem como na vizinhança, em Serra Negra, Itapira e Itatiba. Apenas três adquiriram propriedades em áreas mais distantes, em São José do Rio Pardo, Dois Córregos e Botucatu. Todos os 31 proprietários trentinos possuíam pequenas e médias propriedades, voltadas ao café e ao cultivo de alimentos. O número de proprietários aqui encontrado pode estar subestimado já que, como visto, era comum a prática de compra em conjunto de propriedades.

Diferentemente dos alemães, os austríacos – e em especial esses da região de Trento/Tirol – parecem ter sido mais bem-sucedidos no acesso à terra. Foi possível encontrar 27% dos imigrantes em trânsito pela Hospedaria dentre os listados como proprietários em 1905, além de imigrantes chegados em períodos anteriores, nas primeiras experiências com trabalhadores livres. O associativismo – a compra de terras em conjunto, a ajuda mútua entre familiares e conterrâneos – parece ter colaborado para que os austríacos tivessem mais chances de acesso à terra, o mesmo que o observado para os espanhóis.

Conclusões

Este capítulo foi iniciado com a apresentação de uma petição de fazendeiros são-carlenses feita ao Secretário da Agricultura em 1913 solicitando a promoção da imigração asiática, visto que os imigrantes europeus localizados na região haviam todos se tornado proprietários de terra, graças aos bons salários pagos pelos fazendeiros. Colocou-se em dúvida como talvez exagerado o cenário descrito pelos fazendeiros são-carlenses. Claramente, não é correto dizer que as oportunidades foram iguais para todos os colonos estrangeiros e que a compra de uma propriedade rural era uma realidade generalizada. Por outro lado, não é possível afirmar que todos os imigrantes chegados

com subsídios para o trabalho nas fazendas depararam-se com condições tão adversas que tornaram impossível a aquisição de terras.

Os autores pessimistas e otimistas apresentados neste capítulo oferecem argumentos válidos, mas que são ainda, em grande medida, hipóteses, e nenhuma parece poder ser tomada de forma absoluta para todos os períodos e todas as nacionalidades. Diversos relatos de cônsules, representantes de governos e viajantes que visitaram fazendas no interior do estado no começo do século XX afirmam que, apesar das condições difíceis enfrentadas pelos colonos, havia, em uma mesma região, famílias que trabalhavam e logravam acumular pecúlio e adquirir terras, enquanto outras não eram tão bem-sucedidas.⁶⁸

Ao longo do capítulo, buscou-se averiguar se o acesso à terra pelos imigrantes que passaram pela Hospedaria de Imigrantes, estrangeiros pobres vindos em sua grande maioria com subsídios do governo de São Paulo em busca de uma vida melhor, foi uma realidade. Com esse objetivo, foram cruzados os nomes dos imigrantes listados como proprietários de terra na Estatística Agrícola de 1905 com os registros de matrícula dos imigrantes da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo entre 1884 e 1904. Nesses 20 anos, passaram pela Hospedaria de Imigrantes mais de 650.000 estrangeiros. O recenseamento das propriedades rurais feito pela Secretaria da Agricultura em 1905 revelou a existência de 6.144 propriedades de estrangeiros. Foi possível localizar, através do modelo de *matching* adotado, 657 desses proprietários.⁶⁹

Os dados obtidos na amostra indicam que 70% dos imigrantes proprietários localizados passaram pela Hospedaria entre 1890 e 1899, sugerindo que imigrantes que conseguiram comprar terras não o fizeram logo após sua chegada a São Paulo e que o tempo médio de trabalho antes do imigrante acumular pecúlio suficiente girava em torno de dez anos. A vasta maioria dos imigrantes localizados (90,8%) eram homens registrados como chefes de família, corroborando as afirmações da historiografia que o imigrante vindo em família, com todos os membros aptos ao trabalho no campo, teria mais facilidade de acumular pecúlio e adquirir terras. Apesar de não haver informação de ocupação para metade da amostra obtida, 41% dos proprietários mapeados eram agricultores. Não parece incorreto supor que a grande maioria dos imigrantes para os quais não há informação de ocupação fosse também formada por agricultores, dadas as

⁶⁸ Savioa, “Lo stato,” 203; 210.

⁶⁹ Excluindo os portugueses.

regras da política de subsídios implementada pelo governo de São Paulo. Nesse último ponto, a hipótese levantada por alguns autores, de que parte dos imigrantes que adquiriram terras não teriam sido os vindos para o trabalho no campo, com exceção do caso alemão, não parece se sustentar na amostra aqui apresentada.

Outra questão importante verificada na amostra obtida foi a mobilidade geográfica dos imigrantes proprietários. 95% deles obtiveram terras em municípios diferentes dos quais se dirigiram inicialmente para o trabalho nas fazendas, parecendo ter sido mais fácil comprar terras nas regiões onde o café ainda estava ganhando presença na época, como a Araraquarense e a Alta Sorocabana. Tal fato sugere que o sucesso dos imigrantes era em grande medida dependente de conseguirem deslocar-se para regiões em que encontravam melhores condições para adquirir terra.

Apesar do resultado geral apontar que apenas 10% dos imigrantes proprietários rurais em 1905 haviam passado pela Hospedaria de Imigrantes, quando observados os resultados por nacionalidade, o cenário é diferente. Neste capítulo, analisou-se também os resultados da amostra para quatro nacionalidades: os italianos, os espanhóis, os alemães e os austríacos. A partir dessa análise, concluiu-se que a aquisição de terras pelos imigrantes da Hospedaria variou conforme a origem.

Os italianos foram o maior grupo de estrangeiros com entrada pela Hospedaria e que figuraram como proprietários na Estatística Agrícola de 1905. No procedimento de correspondência efetuado no capítulo, dos 4.823 proprietários rurais italianos do estado de São Paulo, 9,8% passaram pela Hospedaria de Imigrantes. As propriedades identificadas se concentraram nas regiões cafeeiras da Mogiana e da Araraquarense, além da Central. O tamanho médio das terras era de 26 alqueires e seus proprietários haviam chegado ao estado no auge da expansão cafeeira dos anos 1890, quando as remunerações pagas eram maiores e as possibilidades de pecúlio parecem ter sido mais favoráveis, permitindo aquisição de terra nas regiões cafeeiras para os italianos.

Já no caso dos espanhóis, segundo grupo analisado, obteve-se maior percentual de proprietários localizados entre todas as nacionalidades analisadas, 33,6% dos 411 donos de terras listados na Estatística Agrícola de 1905. Imigrantes tardios, é possível que os contratos firmados pelos espanhóis nas lavouras cafeeiras não tenham sido tão vantajosos ou com salários no mesmo nível que os encontrados pelos italianos chegados no início da imigração em massa para São Paulo. Para os espanhóis, também, o retorno

à pátria não parece ter sido uma alternativa. Esses dois fatores combinados podem explicar o resultado obtido na amostra. Adquirindo propriedades pequenas, com tamanho médio de 17,7 alqueires, localizadas na fronteira agrícola do estado, em regiões como a Noroeste, Alta Sorocabana e Araraquarense onde a terra era mais barata, os espanhóis imigrantes em São Paulo buscavam investir no próprio estado seus ganhos como colonos nas fazendas.

Para os alemães que chegaram a São Paulo durante a imigração em massa, o resultado obtido demonstra que a compra de uma propriedade rural não foi uma realidade frequente. Foram localizados nos registros da Hospedaria apenas 3,2% dos proprietários listados na Estatística Agrícola de 1905. Talvez surpreendentemente, foram encontrados como proprietários rurais no estado os alemães chegados anteriormente, na década de 1850, para as primeiras experiências com trabalho livre nas fazendas lideradas por Ibicaba, de propriedade do Senador Vergueiro.

O caso dos austríacos foi um dos mais interessantes. Dos 89 proprietários rurais austríacos em São Paulo em 1905, 24 (27%) haviam passado pela Hospedaria, a segunda maior correspondência da amostra, atrás apenas dos espanhóis. Cruzando listas de colonos que migraram entre 1877 e 1883 para o trabalho nas colônias de Saltinho e Santo Grande, foi possível identificar cinco desses colonos e 26 possíveis descendentes. As propriedades dos austríacos localizados foram, ao lado das adquiridas pelos alemães, as maiores da amostra, com tamanho médio de 40 alqueires.

Um resultado final importante do capítulo foi que, nos dois casos com maior correspondência da amostra (os espanhóis e os austríacos), o associativismo – a compra de terras em conjunto, a ajuda mútua entre familiares e conterrâneos – parece ter colaborado substancialmente para que tivessem mais chances de acesso à terra.